

DESTAQUE

Propostas O Expresso recolheu as sugestões de 35 economistas, gestores e empresários para ajudar a economia a sair do buraco

A saída da crise passa por...

REDUÇÃO DA TAXA ÚNICA DE IVA A 21% (ELIMINANDO AS TRIBUTAÇÕES INTERMÉDIA E REDUZIDA) OU A CRIAÇÃO DE UMA FLAT TAX (TAXA PLANA) NO IRS. O fim do pagamento por conta de IRC é também referido como essencial para defender as pequenas e médias empresas.

REFORMA DA JUSTIÇA EXTINÇÃO DA AGÊNCIA ORÇAMENTAL REFORÇO DA TAXA ÚNICA DE IVA REVISÃO DAS PPP REFORÇO DA PROMOÇÃO DOS PRODUTOS NACIONAIS MENOS DEPENDÊNCIA DE IMPÓSTOS SOBRE BANCOS DISPENSA DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS PRIVADOS

Textos **JOÃO SILVESTRE**

O povo costuma dizer que “cada cabeça sua sentença”. Se forem então mais de 30 cabeças, as sentenças serão certamente muitas mais. Mas nada como ter muitas ideias quando se trata de tentar encontrar uma saída para o buraco negro em que a economia nacional parece estar mergulhada.

O Orçamento do Estado para 2011 foi aprovado na generalidade, depois de uma longa novela de negociação entre PS e PSD, mas os mercados não estão muito confiantes. A proposta alemã de, juntamente com criação de um fundo permanente de resgate europeu, obrigar os investidores a suportar parte das perdas, levou à subida dos juros nos países da crise soberana. A Irlanda está no olho do furacão a um pequeno

passo de recorrer à ajuda externa e Portugal viu a taxa da sua dívida a dez anos bater o máximo de setembro.

Ao mesmo tempo, as perspectivas de crescimento não são nada animadoras. Portugal, que teve um dos piores crescimentos a nível mundial na última década, deverá repetir o feito nos próximos anos. A julgar pelas projeções do Fundo Monetário Internacional, o ritmo de crescimento previsto até 2015 só conseguirá bater a Venezuela e a débil Grécia, que, esta semana, chegou ao primeiro lugar da lista de países com maior risco de incumprimento da sua dívida soberana calculado pela empresa CMA Datavision.

Perante este estado de coisas, o Expresso pediu a um conjunto alargado de economistas, muitos com experiências governativas, gestores e empresários que apresentassem as suas propostas concretas para ajudar Portugal a sair da crise. Primeiro, para reequilibrar as contas públicas e, depois, para tentar voltar a crescer.

OS PARTICIPANTES

Fátima Barros
Diretora da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Católica

Bettencourt Picanço
Presidente do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado

Silva Lopes
Economista

Manuel Caldeira Cabral
Economista

Rogério Fernandes Ferreira
Ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

Daniel Bessa
Economista

Fernando Augusto Morais
Presidente da Associação Nacional de PME

Ferreira Machado
Diretor da Faculdade de Economia da Universidade Nova

João Proença
Secretário-geral da UGT

Álvaro Santos Pereira
Economista

Miguel Beleza

Ricardo Reis
Economista

Pires de Lima
Presidente da Unicer

Mira Amaral
Presidente do BIC

Abel Mateus
Economista

Fortunato Frederico
Presidente do grupo Kyaia

Pedro Maia Gomes
Economista

Paulo Trigo Pereira
Economista

Augusto Mateus
Economista

João César das Neves
Economista

Pedro Ferraz da Costa
Presidente do Fórum para a Competitividade

Nuno Sampayo Ribeiro
Advogado

Luís Portela
Presidente da Bial

João Ferreira do Amaral

Jorge Rebelo de Almeida
Presidente da Vila Galé

Bagão Félix
Economista

Luís Cabral
Economista

Henrique Neto
Vice-presidente da AIP

Sérgio Rebelo
Economista

Sevinate Pinto
Assessor da Presidência da República

João Machado
Presidente da CAP

Miguel Júdice
Presidente da AHP — Associação da Hotelaria de Portugal

António Trindade
Presidente do Porto Bay

Carlos Moreno
Juiz jubilado do Tribunal de Contas

Fernando Alexandre
Economista

Emagrecer o Estado

Se há ponto em que as opiniões convergem é na necessidade de reduzir o Estado. O leque de soluções varia mas passa, quase sempre, pela redução do número de organismos, de funcionários e da despesa. Sérgio Rebelo, da Universidade de Northwestern, não tem dúvidas de que para conseguir resolver o problema orçamental, Portugal terá que crescer. Por isso, defende a indexação das reformas e benefícios sociais ao andamento da economia. Mas a curto prazo são necessários cortes. Há quem defenda reduções do número de funcionários — Ferreira Machado propõe rescisões de 15% ao longo dos próximos dois a três anos e Lebre de Freitas fala em 5% dos trabalhadores com piores avaliações — ou a eliminação do subsídio de Natal. Daniel Bessa propõe pagar o subsídio de Natal com certificados de aforro que não poderiam ser movimentados durante cinco anos (em alternativa a uma tributação extraordinária) e adotar medidas semelhantes em 2011. A ideia de criar uma agência de controlo das contas públicas e rever as parcerias público-privadas foi também citada várias vezes. Paulo Trigo Pereira, do ISEG, recomenda ainda a suspensão das transferências fiscais para as regiões e o respeito pela norma do travão da despesa que está na Constituição.

Rever a fiscalidade

Portugal tem um sistema fiscal complexo e pouco competitivo. É um diagnóstico recorrente e que justifica, por isso, a atenção de vários dos especialistas ouvidos pelo Expresso. O cardápio de alterações é alargado mas o tópico fiscalidade aparece com frequência na lista de ideias para ajudar Portugal a sair da crise. Rogério Fernandes Ferreira, ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, defende uma reforma fiscal, com redução de taxas, simplificação dos impostos e revisão de muitas deduções. Augusto Mateus e Daniel Bessa, dois ex-ministros da Economia, estão preocupados com o investimento e recomendam a isenção (total ou parcial) do pagamento de IRC às empresas que invistam os lucros obtidos. Uma das propostas mais inesperadas surge de Pedro Maia Gomes, docente na Universidade Carlos III em Madrid, que sugere um imposto extraordinário sobre os lucros da banca nos últimos 10 anos. Entre as muitas propostas, há quem defenda cortes no IRC, uma taxa única de IVA a 21% (eliminando as tributações intermédia e reduzida) ou a criação de uma flat tax (taxa plana) no IRS. O fim do pagamento por conta de IRC é também referido como essencial para defender as pequenas e médias empresas.